

ESCOLA, PODER E CORPO

FÁBIO ZOBOLI ¹
ADOLFO RAMOS LAMAR ²

Resumo

O desvelamento das relações de poder no tratamento do corpo, presentes na educação escolar, se caracterizam como uma crescente preocupação para os educadores. Estudá-las pode contribuir para a construção de uma sociedade que se apóie em valores éticos, na medida em que, acate ações que radicalizem em favor da vida. Com essa perspectiva este artigo apresenta a escola e sua função social dando maior foco às relações de poder que ali se perpassam. Contextualiza-se o corpo na sua relação com a escola colocando-o numa perspectiva crítica frente aos seus usos e significados na atual conjuntura da sociedade e frente aos valores da ideologia de mercado. Ancorados nesta perspectiva, faz-se uma relação entre o poder dominante e o disciplinamento do corpo através da escola, para que através de tal prática se submeta ao que o sistema dominante dele espera.

Abstract

The power relations relating to the treatment of the body, that exist in school education, are seen as a growing concern among educators. Studying them can contribute to the construction of a society based on ethical values, in that it respects actions which are radically in favor of life. Within this perspective, this article introduces the school and its social function, giving particular emphasis to the power relations that exist within it. It places the body in context, in

¹ Mestre em Educação
pela Universidade
Regional de Blumenau –
FURB. Professor do
Departamento de
Educação Física da
Universidade Regional de
Blumenau – FURB.
E-mail:
zobolito@terra.com.br

² Doutor em Educação
pela Universidade
Estadual de Campinas –
UNICAMP. Professor do
Departamento de
Educação da
Universidade Regional de
Blumenau – FURB.
E-mail:
arlamar@hotmail.com

relation to the school, viewing it from a critical perspective with regard to its uses and meanings in the current context of society and the ideological market values. Based on this perspective, a relationship is formed between the dominant power and the disciplining of the body through the school, so that through this practice, the body becomes submitted to that which the dominating system expects from it.

Palavras-chave

Corpo Humano; Aspectos Sociais; Poder (Ciências Sociais); Educação.

Key words

Human Body; Social Aspects; Power (Social Sciences); Education.

Relações de poder e escola

Para Ahlert (1999), a educação é a forma que os diferentes povos encontram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Através de um processo de interação entre educadores e educandos reproduz-se o modo de ser e a concepção de mundo que esses povos foram construindo ao longo da história. Nesse processo ocorre a construção dos novos conhecimentos, técnicas e formas para a reprodução da vida. Acontece também a criação e recriação do conhecimento. Esse processo leva a práticas cada vez mais diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho e socializando processos produtivos. Nesse conceito educação é práxis teórica, pedagógica, afetiva e tecnológica.

A educação é um processo que visa inculcar no indivíduo determinados saberes que trazem em si determinados valores e determinadas regras. Estes saberes vão orientar e dar base de ação a este indivíduo nas suas relações consigo mesmo, com a sociedade e com o mundo. A educação vista num sentido mais amplo é o processo concreto de produção histórica da existência humana.

A escola, por sua vez, é o espaço historicamente construído para a concretização da prática social da educação. Quanto à educação escolar, pode-se afirmar que ela é plurireferencial, semanticamente plural, dotada de múltiplos sentidos e interesses distintos e contraditórios, como tudo o que se realiza na esfera social e pública dos valores e ideologias. A educação é algo que não está presente em todas as épocas do mesmo modo, ela muda de conteúdos e de forma e acompanha os movimentos da sociedade.

O que acontece no interior das escolas garante a inculcação de paradigmas ideologicamente construídos que funcionam como matrizes das condutas sociais. Toda conduta – ação – vem acompanhada de um conhecimento – saber. Sendo assim, a instituição escolar é um local onde se trabalha com a partilha e a transmissão do saber. Sob este viés Foucault (2000) menciona que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não

suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta do poder.

Neste sentido Foucault (2001) afirma ainda que o saber e o poder encontram-se enraizados, não somente na existência humana, mas nas relações de produção. Para que existam as relações de produção que caracterizam o capitalismo na sociedade humana, é preciso, segundo o autor, um certo número de determinações econômicas, as relações de poder e certas formas de funcionamento do saber. Elas não se superpõem às relações de produção, mas se encontram profundamente arraigadas naquilo que as constitui.

Como as relações entre o poder social e a autoridade política são transferidas ao âmbito educativo, e como isso reflete nas práticas educativas? É uma pergunta que vem sendo muito pesquisada e discutida nos estudos da educação.

O poder político-ideológico é aquele mantido e exercido por determinadas estruturas e instituições, ou seja, por aparelhos de Estado. Esses aparelhos têm como função principal a difusão e a manutenção de um domínio ideológico que se exerce, essencialmente, de maneira invisível e anônima, por intermédio de mecanismos e de redes de agentes e de instituições engajadas em circuitos de trocas legitimadoras, cada vez mais longas e mais complexas.

O conceito de relações de poder é importante no momento de interagir com o presente artigo. No estudo das análises de Foucault, percebe-se que o poder não é considerado como uma realidade que possui uma natureza, uma essência que se procura definir por suas características universais. O poder para este autor é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existem limites ou fronteiras. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora ou de outro lugar, pois nada está isento de poder. O mundo para Foucault se dá através das relações de poder.

As análises foucaultianas sobre poder apontam ainda para uma perspectiva, onde o poder é compreendido como uma rede de relações que ocorrem tanto a nível macro como a nível micro – micropoder – onde cada indivíduo é um centro de recepção e transmissão de poder. O poder não está em um local, ele se ramifica, capilariza-se penetrando em instituições, corporificando-se nas práticas sociais.

Além disso, Foucault (2001), propõe que se analise o poder em sua forma ascendente. Isto é, a partir dos mecanismos infinitesimais, que tem uma história, um caminho, técnicas e táticas, e depois que se examine como estes mecanismos de poder forma e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados etc, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global.

Na luta pelo poder através da disciplinarização dos corpos, o Estado e as classes dominantes vêm na escola, através das práticas educativas, uma maneira viável para conseguir seus objetivos. O Estado apresenta a escola à população como uma das chaves para a modernidade. A escola deve fazer parte da vida das

crianças (nenhuma criança deve ficar fora da escola), já que estas são portadoras de fragilidade biológica, e ainda são pouco socializadas. Isso as coloca como alvos fáceis da inculcação dos valores que obviamente são do interesse do próprio Estado.

Desta perspectiva, se observa o vínculo pedagógico e particularmente suas formas corporizadas na atual conjuntura escolar, como relações de poder presentes na capilaridade das práticas cotidianas. O não-tratamento destas questões leva a suavizar uma visão, muitas vezes, simplificada ou ao menos, pouca conflitiva, do pano de fundo sócio-cultural e histórico dos processos que levam à constituição das práticas escolares.

Na sociedade capitalista, o Estado promove condições e regulamenta instituições sociais que garantam a dimensão institucional para o domínio de classes do capital. Entre as diversas práticas sociais organizadas e desenvolvidas pelo Estado está a prática escolar.

O Estado – classes dominantes – seleciona as significações que definem objetivamente determinada cultura. Sob esta ótica Bourdieu (1992) menciona que numa formação social determinada, o arbitrário cultural que as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação social colocam em posição dominante no sistema dos arbitrários culturais é aquele que exprime o mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes.

A escola, como máquina disciplinar a serviço da sociedade de controle, sob o olhar de Guerra e Pey (1996), acaba auxiliando no processo de produção da subjetividade das pessoas, na disciplinação do corpo individual, de sua personalidade, das suas habilidades, atividades e comportamentos, produzindo até o saber-fazer e o saber-ser dessas pessoas. Através do poder disciplinar, da vigilância e da punição, o processo de escolarização apresenta um efeito de positividade do poder que acaba controlando os corpos dóceis e úteis; o pensamento, o desejo e a ação das pessoas, sem que elas muitas vezes se apercebam disso.

Sendo desta natureza, a educação escolar passa a ocupar – junto com as políticas de saúde pública, ciência e tecnologia – lugar central e articulado na pauta das macropolíticas do Estado, pois através dela pode-se qualificar o indivíduo a uma determinada ordem, fazendo-o membro ativo de suas ideologias – sejam elas quais forem.

A aliança entre educação e política caminha na direção de trabalhar na formação de novos indivíduos necessários para a ordem sócio-econômica capitalista que se estabelece na modernidade. Importante é entender que uma das funções da escola hoje, no modelo capitalista, é a preparação para o mercado.

Se a política do Estado tem como foco apenas os empregos, a funcionalização para os postos de trabalho, o fortalecimento da indústria, o desenvolvimento material através da modernização tecnológica. Então, a educação escolar com os seus métodos e práticas vai privilegiar a eficiência, a eficácia, a competência técnica, competitividade, produtividade, utilidade, êxito individual e demais

valores dessa ordem. Estes que na hierarquia de valores assumem primordialmente as regras do capitalismo e suas atuais manifestações.

Sob este olhar, percebe-se então, de que a escola possui toda uma organização capaz de disciplinar o aluno para o sistema. Monta-se toda uma retórica para a educação escolar através de regras e obrigações com o objetivo de disciplinar o sujeito quanto a forma de ver e agir sobre o mundo. O caráter normativo do discurso educacional e o caráter normalizador de suas práticas, permitem ponderar a prática pedagógica como governo do desenvolvimento cognitivo dos sujeitos nela inseridos.

Para Bourdieu (1998), toda a ação pedagógica desenvolvida na escola é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbítrio cultural. Isso contribui, segundo o autor, para reproduzir as relações de força em que se baseia o poder de imposição arbitrária (função de reprodução social e reprodução cultural).

As análises bourdieanas consideram como estratégias de reprodução as práticas que se organizam objetivamente, sem terem sido explicitamente concebidas para esse fim, que contribuem para a reprodução do capital possuído, na medida em que têm por princípio o *habitus*. Para Bourdieu (1998) *habitus* representa a inércia do grupo, depositada em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, apreciação e ação que tendem com mais firmeza do que todas as normas explícitas (aliás, geralmente congruentes com essas disposições) assegurar a conformidade das práticas para além das gerações.

É nesta apropriação do *habitus* da qual nos fala Bourdieu que entra o papel da educação, analisada em todos os seus segmentos – família, escola, igreja, grupo social etc. A escola aqui, como nosso foco de discussão, se caracteriza como campo educacional de produção material e simbólica controlada pelo Estado. O trabalho prolongado de inculcação acaba interiorizando no aluno um arbitrário cultural que forma o seu *habitus*.

A prática escolar assume assim um papel importante na regulação social. A prática pedagógica é agente na criação e recriação da cultura dominante ao legitimar o conhecimento das classes superiores como algo a ser preservado e transmitido. A pedagogia vincula os problemas administrativos do Estado à autonomia do sujeito. As formas de conhecimento na escola estruturam e classificam o mundo e a natureza das relações, a qual, por sua vez, tem a capacidade de organizar e formar a identidade individual.

Tecnologia política do corpo e escola

Foucault (2000, p.25), tem uma interessante abordagem para tratar das políticas que perpassam o corpo estabelecendo sobre ele relações de poder, para este autor:

O corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Esse saber e esse controle constituem o que Foucault chama de tecnologia política do corpo.

O poder para Foucault (2001) tem uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicia-lo, mutila-lo, mas para aprimora-lo, adestra-lo.

O corpo traz toda nossa memória – nele nada é esquecido. Ele carrega as marcas de nossa família, de nossa religião, de nosso sistema político, enfim, de toda nossa ideologia. A sociedade codifica o corpo e as codificações do corpo codificam a sociedade. Cada cultura e cada época investem de modo diferente sobre os corpos, construindo normas e condutas que estão ligadas ao imaginário social que as tornam possíveis. Segundo Vargas (2001), as sociedades humanas agem sobre o corpo através de etiquetas, sanções e proibições, de prêmios e de castigos, de leis e penas, de normas e códigos, de falas e silêncios. Tudo isso vai refletir na forma de andar, de saltar, de correr, de dormir, de amar, de se alimentar etc.

Para Vaz (2001) o corpo é, em um primeiro momento o objeto e a vítima preferencial da civilização, cuja história pode ser lida nos anais do crescente processo de seu controle, e pelo desenvolvimento das técnicas que medeiam esse domínio. O corpo é perpassado por um conjunto de forças vindas da família, igreja, escola, classe social, bem como, de uma série de outros meios sociais e culturais. Todos estes meios são responsáveis pela estruturação do *habitus* corporal do indivíduo.

As análises de Foucault, mostram como se configura a política de coerções, que são interessantes sobre o corpo, no sentido de uma maior manipulação sobre seus elementos, sobre seus gestos e comportamentos. Isso gera, segundo o autor, uma “maquinaria de poder”, uma “anatomia política do corpo” que anuncia como se consegue ter poder sobre o corpo dos indivíduos para que executem o que, e como se quer. Essa “anatomia política”, na sua multiplicidade de processos, muitas vezes quase irreconhecíveis, aparece de diferentes maneiras e em diferentes lugares. Nas instituições onde o corpo é exposto a uma política de coerções disciplinares, na escola, especificamente, na presença de estratégias disciplinares e de subjetivação, ainda que camufladas através de mecanismos sutis e de aparência inocente, mas que organizam os dispositivos do poder que sustentam as situações de disciplinamento dos corpos no ambiente escolar.

Na escola há um conjunto de saberes elaborados para pautar o tratamento do corpo. Estes vão influenciar fortemente os modos de conceber o conjunto das práticas corporais nas relações sociais, e mais amplamente, eles trazem em si o discurso do poder. É através da escola com esse conjunto de saberes, que a ideologia capital (re)significa o corpo, sob a ótica da utilidade, da economia, da moral e da higiene.

Neste contexto, a escola contribui para legitimar e disciplinar o indivíduo através da socialização de conhecimentos e normas. O corpo é assim tratado na escola, ele é perpassado por significações que são selecionadas para posteriormente serem reproduzidas e convencionadas, atendendo aos interesses dos grupos e classes dominantes. Isto significa, analisar as práticas pedagógicas nas quais se estabelecem, se regulam e se modificam as relações do sujeito consigo mesmo e nas quais se constitui a formação de seus *habitus* corporal.

Não só na escolarização, mas em outros processos de socialização das pessoas, o corpo foi e é, na maioria das vezes, “educado”, disciplinado e docilizado por várias formas sutis de controle. Para aprofundar estas relações que envolvem o corpo, deve-se considerar as análises da construção do saber das questões que envolvem as relações de poder no tratamento deste corpo.

Foucault (2000), relata em seus estudos históricos, como se efetivava este controle através do poder disciplinar sobre o corpo nas escolas do século XVIII e XIX. As escolas, segundo o autor, eram como fábricas, que trabalhavam o corpo detalhadamente exercendo sobre ele uma coerção sem folga através da mecânica – movimentos, atitudes, gestos. A rigorosa minúcia com que eram estipulados os regulamentos para o comportamento corporal dos alunos, a sua distribuição no espaço e a divisão do tempo escolar, revelavam um poder disciplinar que objetivava controlar as erupções efetivas que poderiam surgir do corpo através de seus movimentos espontâneos. Com isso se realizavam a sujeição constante do corpo impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, perpetuando assim o controle e a dominação.

Sob este olhar Silva (1999, p.25), afirma que: “O trabalho elaborado no interior das escolas desde há mais de um século, assim como em outras instâncias da atividade humana, busca criar o hábito de aprender a olhar, admirar e domesticar o corpo próprio desde cedo”. Neste sentido, o corpo pode ser encarado como um produto da educação.

Percebe-se assim, que a escola é um lugar privilegiado e apropriado para a difusão das tecnologias políticas do corpo que formam o *habitus* corporal ditado pelo poder dominante. Pois como afirma Sant’ana (1996, p.172): “Governar o corpo é condição para governar a sociedade. O controle do corpo é, portanto, indissociável da esfera política”.

Freire (1993) diz que assim como os nazistas o sabiam, o sistema escolar também o sabe. O corpo tem que se conformar aos métodos de controle, caso contrário, as idéias não podem ser controladas. Quem tem o controle do corpo, tem o controle das idéias e dos sentimentos.

Neste sentido, Foucault (2001, p.17) também expressa que esta disciplina do corpo para as relações políticas e sociais, e por conseqüente ideológicas “é o

diagrama de um poder que não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista”.

Este poder que se investiu no corpo dos indivíduos ao longo de sua trajetória histórica, desenvolveu uma forma específica de consciência de si, ao mesmo tempo em que faz nele uma exploração econômica.

As dimensões do poder no homem, na visão de Viana (1990), dizem respeito às relações de poder, de dominação e permanência de dominação de um corpo sobre o outro, o que implica conflito. A dimensão poder é a exploração de tudo que se inventa para manter a exploração / dominação. A força que liga os homens a sua dimensão poder, é à força dos sistemas de regras coercitivas. Os corpos dos homens se aproximam pela força da obrigação e do medo. Esta dimensão instaura uma zona de silêncio, uma zona do não-dito, zona esta que, do ponto de vista subjetivo, é muito importante.

Para que certos instrumentos de controle social se tornem efetivos na prática escolar, é necessária a regulação de determinadas atitudes corporais, em função das aspirações das classes detentoras do poder. Assim na escola a dimensão poder se dá por meio de tecnologias políticas do corpo quando o corpo é atravessado por um poder regulador, um discurso ou um conhecimento que o ajusta – em seus menores detalhes – impondo limitações, autorizações e obrigações, que vão, muitas vezes, além de sua corporalidade.

Considerações Finais

O tratamento junto ao corpo na escola, é encarado, muitas vezes, como o simples desenvolver de habilidades, que visam à aquisição de posturas coerentes à ideologia dominante. Nesse sentido, o trabalho do corpo na escola, se torna um construto significativo que pode ser visto como um conjunto de práticas que servem de instrumento de (re)produção das formações sociais existentes. Sendo que ele, abordado de outra maneira, poderia vir a servir de promotor de mudanças de cunho emancipador.

A escola precisa estar mais atenta as questões morais e éticas na qual a corporalidade de seus alunos estão inseridas. É preciso expulsar a sombra da opressão e brutaliza o corpo com conhecimentos que priorizem o desenvolvimento humano e a vida planetária, afinal, o conhecimento é a base da ação na relação do humano com o mundo e com o outro.

Referências

- AHLERT, A. **A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária / universal**. Ijuí:UNIJUÍ, 1999.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de educação**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Microfísica do poder**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FREIRE, J. B. Métodos de confinamento e engorda (como fazer render mais porcos, galinhas, crianças...) In: MOREIRA, W. W. (Org.) **Educação Física e Esporte: Perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1993, p.109-122.
- GUERRA, A. F. S.; PEY, O. **Das tecnologias de poder sobre o corpo a vivência da corporeidade: a construção da oficina como espaço educativo**. 1996. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, n.7, p.83-103, São Paulo, outubro 1995.
- SANT'ANNA, D. B. Corpo e história. **Cadernos de subjetividade**, n.2, v.3, São Paulo: PUC, 1996.
- SILVA, A. M. **Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional**. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 20 jun. 2002.
- VARGAS, A. Movimento e gestualidade: a fala simbólica do corpo social. **Revista CONFEF**, n.1, p.29-32, Florianópolis, dezembro 2001.
- VIZ, F. A. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento. **Caderno CEDES**, 2001.
- VIANA, J. M. M. O corpo tetradimensional: uma proposta paradigmática. **Revista Motrivivência**, n.3, p.45-51, Florianópolis, janeiro 1990.

